

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de Westfália
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Necessidade da Administração: Processo de Dispensa de Licitação.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a aquisição de peças e mão de obra para manutenção do caminhão prancha placa IJX8E52 para atender a demanda da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de peças e serviços especializados para manutenção corretiva do caminhão prancha, placa IJX8E52, pertencente à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sendo também utilizado pela Secretaria de Obras.

O referido veículo desempenha papel essencial no transporte de máquinas e equipamentos pesados, sendo indispensável para a execução de atividades operacionais, tanto no apoio às ações agrícolas quanto na manutenção de infraestrutura urbana e rural.

Diante do desgaste natural decorrente do uso contínuo, identificou-se a necessidade de substituição de correias, bem como a realização de serviços mecânicos e eventual serviço de socorro, a fim de garantir o pleno funcionamento do veículo, evitando paralisações, prejuízos às atividades públicas e riscos à segurança operacional.

A manutenção adequada visa assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, aumentar a vida útil do veículo e reduzir custos com reparos emergenciais futuros.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais a serem adquiridos têm natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A entrega deverá ser total, conforme solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Os materiais deverão ser entregues todos juntos, em até 10 (dez) dias após o recebimento do empenho, com a devida apresentação da nota fiscal, nos locais indicados pela Administração Municipal.

O material fornecido deverá ser novo, de primeira qualidade, fabricado em conformidade com normas técnicas vigentes (como as diretrizes do DNIT e ABNT, quando aplicáveis) e estar livre de qualquer defeito de fabricação.

Verificada a desconformidade de algum dos materiais, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 horas, sujeitando-se às penalidades previstas na

Lei 14.133.

Obrigações da Contratada:

- a) Manter o preço dos produtos até a emissão do empenho, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
 - b) indicar preposto, bem como seu contato telefônico e eletrônico, para representá-la durante a execução do processo de dispensa de licitação;
 - c) efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais indicados pela Fiscalização, independentemente de qualquer contratempo, mesmo que para isso tenha que adquirir de suas concorrentes, se formalizado e admitido com antecedência;
 - d) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO;
 - e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO;
 - f) não caucionar ou utilizar o processo de dispensa de licitação para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO, sob pena de rescisão contratual;
 - g) responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus funcionários durante a execução do processo de dispensa de licitação;
 - h) relatar ao MUNICÍPIO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do processo de dispensa de licitação.
 - i) comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecedem a data de entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo de eventuais penalidades, caso a justificativa não seja aceita.
- O MUNICÍPIO reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da DETENTORA acolhê-las.

Obrigações da Contratante

- a) solicitar à DETENTORA, em tempo hábil, os produtos para atender às suas necessidades;
 - b) fiscalizar o cumprimento processo de dispensa de licitação, por intermédio dos servidores designados;
 - c) verificar a conformidade dos produtos fornecidos com as disposições deste processo de dispensa de licitação, do Edital da Licitação e da proposta da DETENTORA;
 - d) efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento; e
 - e) comunicar à DETENTORA a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte desta.
- O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Sanções administrativas:

Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega dos materiais, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Rescisão:

O Município poderá rescindir administrativamente o contrato nas hipóteses previstas nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/21, sem que caiba à CONTRATADA, direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento dos materiais pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

Habilitação Jurídica

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4. QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro o consumo médio verificado nos exercícios anteriores. Neste sentido, após adequação das necessidades atuais pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

Item	Quant.	Produto	Descrição do produto
1	3	UNIDADES DE CORREIAS	Componentes responsáveis pela transmissão de movimento entre partes do motor, como alternador, bomba d'água e outros sistemas auxiliares. Seu bom estado é essencial para o funcionamento adequado do veículo, evitando falhas mecânicas e superaquecimento.
2	1,5	HORAS SERVIÇOS MECÂNICOS	Mão de obra especializada destinada à substituição das correias e verificação geral dos sistemas relacionados, garantindo a correta instalação e o pleno funcionamento do conjunto mecânico.
3	1	HORAS SERVIÇO DE SOCORRO	Atendimento emergencial para remoção ou assistência ao veículo em caso de pane, assegurando agilidade na

			resolução de problemas e minimizando o tempo de inatividade.
--	--	--	--

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa para fornecimento das peças.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores:

SMA SISTEMAS MECÂNICOS DE AUTOMAÇÃO LTDA

MECÂNICA E MANUTENÇÃO GH LTDA

KINHOMAK MECÂNICA PESADA LTDA

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 558,56 (Quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos.), conforme abaixo:

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de peças (correias) e na contratação de serviços especializados de manutenção mecânica, incluindo mão de obra e eventual serviço de socorro, destinados ao caminhão prancha placa IJX8E52.

A intervenção contempla a substituição das correias desgastadas, bem como a realização de serviços mecânicos necessários para garantir o correto funcionamento dos sistemas do veículo. Adicionalmente, prevê-se a disponibilização de serviço de socorro, visando atendimento emergencial em caso de falhas durante a operação.

A solução adotada é de natureza corretiva e preventiva, assegurando a continuidade do uso do veículo em condições adequadas de segurança e desempenho. A execução dos serviços deverá ser realizada por profissional ou empresa especializada, garantindo qualidade técnica, confiabilidade e conformidade com as especificações do fabricante.

Com a implementação dessa solução, busca-se evitar interrupções nas atividades das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Obras, assegurando a eficiência na prestação dos serviços públicos que dependem diretamente da utilização do referido caminhão.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40 estabelece que deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Dessa forma, a contratação será realizada de forma unificada, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização das contratações públicas, **nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, que admite o parcelamento apenas quando este se revelar técnica e economicamente vantajoso à Administração.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se garantir o pleno funcionamento do caminhão prancha placa IJX8E52, assegurando condições adequadas de uso, segurança e desempenho nas atividades operacionais.

Espera-se, ainda:

Reduzir o risco de falhas mecânicas durante a operação do veículo;

Evitar paralisações inesperadas que possam comprometer a execução dos serviços das Secretarias envolvidas;

Aumentar a vida útil dos componentes do veículo por meio da substituição adequada das peças desgastadas;

Garantir maior eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos;

Minimizar custos futuros com manutenções corretivas mais complexas e emergenciais;

Proporcionar maior segurança aos operadores e aos equipamentos transportados.

Dessa forma, a solução contribuirá diretamente para a manutenção da capacidade operacional da Administração Pública e para a qualidade dos serviços prestados à população.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

As Secretarias Municipais indicarão servidores para atuarem como gestor e fiscal no Termo de Referência.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) orçamento de três empresas;
- b) ETP;
- c) Processo de dispensa de licitação;
- d) solicitação no sistema;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) ordem de compra;
- h) realização empenho;
- i) compra das peças na empresa de menor orçamento;

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução da manutenção do caminhão prancha pode gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados ao manuseio e descarte de resíduos provenientes das atividades mecânicas.

Dentre os principais impactos, destacam-se:

Geração de resíduos sólidos, como correias usadas e demais componentes substituídos;

Possível geração de resíduos contaminantes, como óleos, graxas e materiais impregnados;

Risco de contaminação do solo e da água em caso de descarte inadequado desses materiais;



Emissão de poluentes decorrentes da operação do veículo, embora não diretamente relacionada à contratação, mas inerente ao seu uso contínuo.

Para mitigação desses impactos, recomenda-se que a empresa contratada adote práticas ambientalmente adequadas, tais como:

Destinação correta dos resíduos, conforme a legislação ambiental vigente;

Armazenamento e manuseio adequado de materiais contaminantes;

Utilização de local apropriado para realização dos serviços;

Atendimento às normas ambientais e de segurança aplicáveis.

Assim, os impactos ambientais são considerados de baixa magnitude, podendo ser devidamente controlados mediante a adoção de boas práticas e cumprimento da legislação pertinente.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Westfália, 08 de abril de 2026.


Júlio César Francesquet

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Júlio César Francesquet

Sec. Mun. De Agricultura
e Meio Ambiente
WESTFÁLIA-RS